



Coordenadoria
do Curso de Letras



Universidade Federal
de São João del-Rei

LARISSA DO ESPÍRITO SANTO

**O “PANOPTISMO” E A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISTÓPICA: UMA
LEITURA COMPARATIVA ENTRE A AIA E WINSTON**

Dezembro / 2021

LARISSA DO ESPÍRITO SANTO

**O “PANOPTISMO” E A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISTÓPICA: UMA
LEITURA COMPARATIVA ENTRE A AIA E WINSTON**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do
Curso de Graduação em Letras, da Universidade Federal de São João
del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em
Letras.

Ênfase: Estudos Literários

Orientador(a): Eliana da Conceição Tolentino

**São João del-Rei
Dezembro / 2021**

AGRADECIMENTOS

Concluir o TCC é uma realização que envolve diversos fatores, além de englobar muitas pessoas, direta ou indiretamente, portanto, gostaria de agradecer a algumas delas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus que tem me ajudado a chegar até aqui, pois sem Ele eu não seria nada.

Agradeço a minha família, por me dar total apoio para que eu conclua o ensino superior, por acreditar em mim e me ajudar a superar todos os obstáculos ao longo do caminho, especialmente meus pais e avós que nunca mediram esforços para que eu realizasse meu objetivo.

À professora Eliana que me orientou durante esse processo totalmente desconhecido e foi uma luz que me guiou durante os momentos obscuros de incerteza.

Aos docentes do Curso de Letras da UFSJ que me apresentaram uma visão totalmente nova do mundo e com seu conhecimento e compaixão me transformaram em alguém que eu nunca antes havia sonhado ser.

Aos meus colegas discentes, que passaram por esse processo junto comigo e compartilharam seu conhecimento de mundo. Para sempre dividiremos essas memórias!

À Coordenação do Curso de Letras da UFSJ, agradeço por estar sempre ao meu lado, me guiando e orientando durante todo o período acadêmico, principalmente os mais incertos, indo além do esperado para que as demandas dos discentes fossem supridas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos que me deram forças durante todos esses anos, me fazendo rir mesmo em momentos difíceis, tornando a vida mais leve.

Espero. Eu me componho. Aquilo que chamo de mim mesma é uma coisa que agora tenho que compor, como se compõe um discurso.

(Margaret Atwood)

RESUMO

A disciplina surge como uma forma de controle sobre o corpo e mente dos indivíduos. O Panóptico aperfeiçoa o poder disciplinar por ser um mecanismo que exerce sua manutenção, fazendo com que o indivíduo acredite que está sendo vigiado o tempo todo e seja forçado a se policiar constantemente. Enquanto em *O conto da aia*, de Margaret Atwood, esse inimigo invisível é chamado de “Olho”, em *1984*, de George Orwell, é chamado de “Grande Irmão”. Os objetivos deste trabalho são investigar se de fato a sociedade disciplinar desconstrói a identidade dos indivíduos oprimidos e verificar qual a influência do panoptismo sobre os sujeitos. Propõe-se assim uma leitura de caráter comparativo entre as obras, observando os efeitos da disciplina e da vigilância nas personagens Aia e Winston.

Palavras-chave: *O conto da Aia*; *1984*; Distopia; Panóptico; Identidade.

ABSTRACT

The discipline arises as a way of control over the bodies and minds of individuals. The Panopticon improves the disciplinary power for being a mechanism that exerts its maintenance, causing the individual to believe that he is being watched all the time and forcing him to police himself constantly. While in Margaret Atwood's novel, *The Handmaid's Tale*, the invisible enemy is called "Eye", in George Orwell's novel, *1984*, he is called "Big Brother". This paper aims to investigate if the disciplinary society deconstructs the oppressed individual's identity and what is the influence of panoptism on the individuals. A comparative reading of the two literary works is thus proposed here, emphasizing the effects of discipline and surveillance on characters Handmaid and Winston.

Keywords: *The Handmaid's Tale*; *1984*; Dystopia; Panopticon; Identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A UTOPIA	8
3. DISTOPIA, ANTIUTOPIA OU UTOPIA NEGATIVA	10
4. AS DISTOPIAS DA AIA E DE WINSTON	13
5. DISCIPLINAR PELO OLHAR	14
6. QUESTÕES DE IDENTIDADE	19
6.1. O CASO DA AIA	21
6.2. O CASO DE WINSTON	23
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

A distopia é um gênero literário popular que por muito tempo sofreu uma grande desvalorização dentro do campo dos estudos literários. Porém, essa realidade tem sido transformada visto que, por ser um gênero popular, possui relevância sobre a prática de leitura como atividade de lazer. Segundo Rildo Cosson e Graça Paulino (2009), pesquisadores que estudam o letramento literário, os índices de testes nacionais e internacionais mostram uma proeficiência de leitura abaixo do que se é esperado dos estudantes brasileiros, por isso existe a preocupação de se criarem iniciativas que promovam o interesse à leitura.

Analisando os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), pesquisadores da Finlândia - país que em 2009 estava em primeiro lugar no campo da leitura - afirmam que a prática de leitura como atividade de lazer irá desaparecer virtualmente na metade do século XXI (NATIONAL, 2004, apud COSSON E PAULINO, 2009). Portanto, já que mesmo nos países com melhores índices no quesito da leitura existe uma grande preocupação acerca dessa prática, percebe-se que a valorização de gêneros populares, como a distopia, poderá ser um fator determinante para o futuro literário de nosso país.

Além dessa importância da valorização do que é popular, Mark Hillegas (1967, p. 3 apud BARBOSA, 2017, p. 12) aponta que a distopia revela as “[...] ansiedades do nosso tempo”, o que nos demonstra a preocupação humana com a sua própria humanidade e como os recursos humanos podem ser utilizados para o mal, como ferramenta de opressão dos outros indivíduos (BARBOSA, 2017). Dessa forma, concebendo o letramento literário como “[...] o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (COSSON e PAULINO, 2009, p. 67) e compreendendo que ele “[...] se renova a cada leitura de uma obra significativa” (Ibidem, p. 67), percebemos a importância desse gênero que trabalha as ansiedades humanas da contemporaneidade, promovendo assim uma aproximação dos leitores com o texto que pode revelar seus próprios medos e construindo sentidos.

A relevância dos estudos distópicos é vista também no âmbito político da contemporaneidade, pois, com as grandes instabilidades sociais e o aumento marcante de grupos extremistas, tornam-se cada vez mais necessárias discussões sobre a fragilidade dos sistemas democráticos. Podemos ver as inquietações do presente como um alerta para que seja realizada uma reflexão crítica sobre as projeções para o futuro, e assim seja construído um futuro melhor.

A metodologia que será utilizada é a leitura de caráter comparativo entre a Aia e Winston, protagonistas das distopias *O conto da Aia* (ATWOOD, 2017) e *1984* (ORWELL,

2009), respectivamente, atentando-se ao papel da disciplina na desconstrução dos personagens, dando-se enfoque à figura do Panóptico (FOUCAULT, 1987), e se observando de que forma o panoptismo exerce a manutenção do poder disciplinar. Segundo Byung-Chul Han (2020), vivemos em um novo tipo de Panóptico em que as estruturas sociais resultam na vigilância dos cidadãos. Portanto, é crucial entendermos no que consiste o panoptismo, uma vez que tem grande influência em nossas vidas.

O trabalho consiste em uma pesquisa exploratória e tem como principal objetivo, além de observar a função do panoptismo nessas sociedades, responder às seguintes questões: A sociedade distópica é ou não capaz de desconstruir a identidade dos indivíduos que se encontram nela? Qual papel o mecanismo Panóptico exerce sobre a identidade de quem ele oprime?

Serão abordados nas sessões deste estudo o que são a utopia e a distopia, segundo a perspectiva de pesquisadores como Jerzy Szachi (1972) e Marilena Chauí (2008), fazendo-se então a contextualização dos romances a serem trabalhados e se partindo para a os conceitos de disciplina e panoptismo, tendo como aporte teórico o livro *Vigiar e punir*, de Michel Foucault (1987). Por fim, serão discutidas as questões de identidade, com baseando em *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall (2006).

2. A UTOPIA

O termo utopia foi usado pela primeira vez por Thomas Morus, como título do seu livro *A Utopia*, em 1516. Apesar disso, Marilena Chauí (2008) aponta que esse termo passou a designar narrativas e discursos anteriores a ele, como por exemplo a sociedade ideal na *República* de Platão. Szachi (1972) explica que a palavra utopia tem etimologia grega e significa lugar não existente. Sobre essa origem, Chauí afirma que o não lugar é aquele que não tem nada em comum com a sociedade em que vivemos, havendo um abismo absoluto entre esses dois polos. Isso se torna claro na narrativa de Morus, em que é detalhada uma sociedade totalmente diferente da sociedade inglesa do século XVI, em que ele vivia.

Na ilha de Utopia de Morus (1997), vivia um povo com alto nível de civilização e cultura, maior que em qualquer outra sociedade. Havia igualdade, bondade, um senso de coletividade, as necessidades da população eram supridas, todos possuíam condições de trabalho justas e seus líderes eram eleitos de maneira democrática. As cidades dessa ilha eram todas iguais, se diferenciando apenas pelo terreno, não havia propriedade privada, e até mesmo as roupas usadas pelo povo eram padronizadas, assim se consumia muito menos

tecido que em qualquer outro lugar e esse tecido se tornava mais barato. Sobre essa narrativa, Szachi explica:

Era uma sociedade sem miséria e exploração, sem mentira e opressão, sem obscurantismo e intolerância, sem ódio e maldade, sem ócio e sem trabalho forçado. O sábio rei Utopos havia introduzido instituições generosas e em seguida isolado o país do resto do mundo para que não fosse contaminado pelo mal que lá imperava. (SZACHI, 1972, p. 2)

Dentre os diversos conceitos de utopia explicados por Szachi, vemos na narrativa de Morus um lugar ideal, em que o mal da sociedade foi percebido e as maneiras de curá-lo foram aplicadas com sucesso. Szachi aponta também uma necessidade de detalhamento das relações sociais:

Alguns julgam necessário assinalar que tratamos de utopia quando consideramos um ideal detalhadamente desenvolvido, uma visão total das relações sociais ideais. Não seria um utopista o pensador que aspira a uma sociedade igualitária, e sim aquele que projeta em detalhes a organização de uma tal sociedade. A utopia seria o sonho feito em sistema, o ideal construído em forma de doutrina (SZACHI, 1972, p. 9).

Assim, a utopia não traz apenas a visão de uma sociedade melhor, como também as maneiras para alcançá-la. Essa definição se opõe à conceituação de utopia na linguagem popular que, de acordo com Szachi, a vê como uma fantasia, um projeto irrealizável. O autor discute que essa definição popular traz consigo um julgamento de valor e não é aplicável em pesquisas, por conta de sua carga de subjetividade. Szachi (1972, p. 5) argumenta: “Ideias sobre submarinos, aviões e vôos interplanetários foram ‘utópicas’ somente em etapas definidas do progresso técnico”. Logo, vemos o quanto nos basearmos no presente para tentar entender o futuro é relativo, já que isto implica um julgamento de valor. Portanto, devido à sua carga de subjetividade, não utilizaremos essa definição neste trabalho.

Sobre a utopia, é importante ressaltar o desacordo total entre esta e a realidade (SZACHI, 1972). Isso não significa que a utopia é uma fantasia, mas que é um ideal a ser alcançado. Há uma visão dualista, que segundo Szachi (1972, p. 14) “[...] deseja substituir uma realidade absolutamente má por outra absolutamente boa”. Portanto, não há um meio-termo na utopia, ela é composta por uma positividade extrema.

Além de expressar uma sociedade perfeita, Chauí também aponta que a utopia nasce como um gênero literário sobre uma sociedade feliz e um discurso político de uma sociedade justa em que há transparência. Essa transparência é um ponto-chave na utopia, visto que é improvável haver corrupção em uma sociedade transparente. Chauí afirma que cada detalhe nessa sociedade exprime o todo e o simboliza. Assim, cada pessoa representa não somente ela mesma, como a todas as outras, além de representar a sociedade e a ideologia ali presentes.

Portanto, vemos a importância da transparência, que atua para que isso possa se concretizar de maneira real, já que o indivíduo só pode simbolizar um todo com o qual é compatível, se realmente conhecer esse todo e fizer parte dele.

Para que haja transparência, é necessário haver vigilância. A partir de aspectos da narrativa de Morus, Chauí (2008, p. 9-10) exemplifica: “A cidade ideal exerce uma vigilância permanente sobre todos os seus membros: o Conselho Dirigente costuma ocupar um palácio de vidro ou de cristal, de onde cada habitante possa ser visto, ficando sempre exposto ao olhar de todos.” Esse olhar não permite segredos, ele instiga o senso de coletividade e unidade.

Outro aspecto apontado pela pesquisadora é o isolamento da utopia. Além de ser estrategicamente localizada para sua própria proteção contra ataques (CHAUÍ, 2008), não haver influências externas é extremamente importante para a manutenção dessa sociedade, já que as ideologias externas seriam negativas e afetariam a população.

Ao apresentar a utopia como um gênero literário, Chauí não a está limitando, mas traçando a sua origem, que vem à tona como uma forma literária e, ao longo do tempo, se torna uma forma de pensamento. Para fins deste trabalho, é importante destacar a utopia como um gênero literário, pois ela se desdobrou no gênero distopia, também chamado de antiutopia, ou utopia negativa.

3. DISTOPIA, ANTIUTOPIA OU UTOPIA NEGATIVA

Diferentemente do que muitos acreditam, a distopia não é o oposto da utopia, mas um desdobramento, uma junção entre a utopia e o totalitarismo, em que a sociedade é ideal apenas para um grupo seletivo. Chauí (2008, p. 12) afirma: “Referindo-se à articulação entre os elementos próprios do discurso e da narrativa utópicos e o totalitarismo, alguns autores falam em distopia, o *tópos* dilacerado e infeliz. As obras de distopia nos levam do sonho ao pesadelo”. Portanto, a antiutopia se opõe à utopia apenas no sentido de que os ideais da utopia são extremamente positivos, enquanto os da antiutopia são pessimistas e negativos. Szachi (1972) explica que nas utopias negativas a imagem da sociedade deve causar horror ao invés de admiração.

Paula Martins Rodrigues (2015, p. 16) aponta: “Utopias e distopias dividem a mesma essência, que é a de planejar ou projetar mundos para o futuro baseando-se em fatos da atualidade para criar sociedades imaginárias”. A autora explica que para a distopia ser o contrário da utopia, nela não poderia haver organização social, e o que de fato ocorre é que

“[...] as sociedades distópicas possuem uma configuração e lógica próprias, tais quais as sociedades utópicas”. (Ibidem, p.17).

Para Rodrigues, há uma linha tênue entre utopia e distopia. Sobre isso, a autora explica:

O mundo criado por Huxley em *Admirável mundo novo*, por exemplo, apesar de conhecidamente distópico, pode ser visto como uma utopia sob diversos aspectos, e a *Utopia* de More pode ser considerada bastante distópica se avaliada com os valores do século XXI. Para o autor Michel D. Gordin (2010), a distopia “é a utopia que deu errado, ou a utopia que funciona apenas para um segmento particular da sociedade” (p. 01). (RODRIGUES, 2015, p. 16).

Em *Admirável mundo novo* (HUXLEY, 2014) há uma busca pela estabilidade social. Essa busca poderia ser considerada utópica, já que é um anseio das sociedades contemporâneas, porém, os instrumentos utilizados para que a estabilidade seja alcançada são bem pouco atrativos, pois existe a pretensão de se criar seres humanos padronizados, de modo que toda e qualquer diferença seria erradicada.

Nesse romance a ciência é tão avançada que permite haver a predestinação dos bebês, de forma com que cada um seja criado para ser feliz em uma função específica. Um exemplo disso é que pessoas criadas para trabalhos braçais recebem pouco oxigênio quando são embriões, assim, quando essa pessoa crescer, sua capacidade de pensar se torna limitada. Sem pensar não é possível desejar mudanças, o que faz com que essas pessoas encontrem felicidade em seu modo de viver, mesmo que este seja precário. Portanto, por mais que esse pensamento cause horror, é necessário para a felicidade naquela sociedade, e produz a estabilidade social. Visto isso, torna-se notável como o ponto de vista é fundamental na construção da perspectiva de que uma sociedade é utópica ou distópica. Para os seres não pensantes, seu modo de vida é o ideal.

Szachi destaca que os ideais humanos são heterogêneos, ou seja, o que é felicidade para alguns é infelicidade para outros. Por conta da subjetividade humana, há esta linha tênue entre utopia e distopia apontada por Rodrigues. Um exemplo apresentado por Szachi (1972) é o da *República* de Platão, que é considerada uma utopia, mas a falta de liberdade nessa sociedade é tão grande que os guardas controlam até mesmo os cortes de cabelo, as roupas, músicas e danças, o que é abominável para quem preza por sua liberdade e possibilidade de escolhas.

No romance *O conto da Aia*, o Comandante (2017, p. 251) afirma: “Melhor nunca significa melhor para todo mundo, diz ele. Sempre significa pior, para alguns”. É exatamente o que acontece em uma distopia, já que há um grupo de pessoas que veem a sociedade como melhor, pois ela atende seus interesses, enquanto a maior parte das pessoas é oprimida. José

Chasin (2012, p. 15) explica que: “Da rusticidade à sofisticação, sob qualquer de suas formas, o conceito de totalitarismo, em essência, traduz a ideia de monopólio de poder”. É no monopólio do poder, que torna a sociedade ideal apenas para um grupo seletivo, que surge a antiutopia.

Ao longo da história, o totalitarismo manifestou-se em governos capitalistas, como o de Hitler, e governos comunistas, como o de Stalin. Em regimes totalitários como esses o fanatismo se torna normal e incombustível; portanto, argumentar logicamente, expondo fatos, contra a ideologia vigente não é suficiente para transformar os ideais dos adeptos ao regime. Hannah Arendt (1989, p. 358) aponta: “a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte”.

Além de haver todo o poder concentrado em um pequeno grupo de pessoas, outra característica do totalitarismo é ser fundamentalmente uma oposição ao estado liberal (CHASIN, 2012). Sobre isso, Chasin explica:

Desse modo, o estado liberal vem a ser o sistema no qual predominam a lei, a razão e a liberdade, garantidas pela difusão do poder e pela estrutura pluripartidária. E o estado totalitário o sistema no qual prevalecem a violência extremada – o terror – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do partido único (CHASIN, 2012, p. 15).

Sem oposição, não há meios para que os cidadãos lutem por seus direitos, e eles se tornam sujeitos a qualquer tipo de determinação do poder vigente. O terror impossibilita qualquer organização contra o partido, pois como Arendt destaca, ele pressiona os homens uns contra os outros, destruindo o espaço entre eles, e os isolando. A autora argumenta:

Enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada (ARENDR, 1989, p. 527).

Assim, ao isolar as pessoas e torná-las solitárias, o terror serve à manutenção do sistema, centralizando ainda mais o poder e o controle nos líderes. Essa é uma característica fundamental dos romances distópicos, pois o terror faz com que todos se comportem da maneira esperada pelo governo, que é uma instituição infalível. Segundo Arendt, os subordinados do líder totalitário são seus representantes diretos, assim, qualquer erro cometido por eles é punido e a justificativa é que aquele representante é um impostor.

É da própria natureza do movimento que, uma vez que o Líder assume o posto, toda a organização se identifica com ele de modo tão absoluto que qualquer confissão de erro ou remoção do cargo quebraria a magia de infalibilidade que envolve a posição

de Líder e arruinaria a todos os que estivessem ligados ao movimento. A base da estrutura não está na veracidade das palavras do Líder, mas na infalibilidade dos seus atos (ARENDETT, 1989, p. 437).

Logo, erros não são tolerados, mas punidos severamente, pois não representam o Estado. Percebe-se então que as distopias englobam as características do totalitarismo, assim como muitas características da utopia, dividindo sua essência e sendo um gênero literário que, assim como a utopia, reflete os anseios de seu tempo (HILLEGAS, 1967 apud BARBOSA, 2017): um a esperança para o futuro e o outro o medo dele.

4. AS DISTOPIAS DA AIA E DE WINSTON

O romance *O conto da Aia* apresenta uma sociedade distópica, cujo governo busca curar o mal do século: a infertilidade; o qual é um problema, pois houve uma queda nas taxas de natalidade devido à radiação e outros efeitos da guerra em andamento. Quando um grupo extremista religioso assume o poder, as mulheres perdem seus direitos, passam a viver de acordo com a vontade de um pequeno grupo de pessoas, e precisam se adequar aos padrões estabelecidos por aquela religião à qual não tem o nome citado, mas suas práticas se baseiam em textos da *Bíblia* judaico-cristã.

Nessa sociedade, que segundo a autora costumava ser os Estados Unidos da América e agora é chamada República de Gilead, há uma divisão por grupos sociais: Comandantes, Esposas, Tias, Marthas, Não mulheres etc. O poder é concentrado na mão dos Comandantes, grupo composto exclusivamente pelo sexo masculino, e qualquer afronta a esse poder é punível com torturas e morte. Cada grupo possui sua função dentro da sociedade, sendo a função das Aias unicamente procriar pois, devido à infertilidade, as mulheres que ainda eram férteis foram separadas de suas famílias, forçadas a gerar os filhos dos Comandantes e entregá-los às suas Esposas, porque estas supostamente não podiam conceber seus próprios filhos, visto que a infertilidade foi um mal acometido às mulheres, de modo que, assim, as férteis se tornaram Aias. Dessa forma, a Aia, que já não possui mais direitos, é submetida a constantes torturas psicológicas, já que o que a faz escapar de um destino ainda mais cruel é a sua função na casa do Comandante, função essa que, além de levar a estupros constantes, também acarreta abusos físicos e verbais por parte da Esposa do referido Comandante.

Já em *1984*, a sociedade distópica tem como objetivo manter o poder do governo. Assim, tudo nessa ditadura visa o domínio da população, como por exemplo a *novafala* - idioma oficial da Oceânia - que executa a manutenção das ideologias presentes no meio do povo, excluindo todas as ideias contrárias ao partido governante. Essa sociedade é marcada pela opressão, pelo medo que torna os sujeitos individualistas, pela guerra e pela vigilância

do Grande Irmão. Não existe nem mesmo a noção de união familiar, visto que as crianças são enviadas a escolas de espiões para que vigiem e denunciem qualquer um, inclusive seus pais, quando fizerem algo que o partido não apoia.

Winston Smith, o personagem principal desse romance, trabalha no Ministério da Verdade cuja função é alterar dados históricos. Assim, vendo como o partido manipula a verdade a seu favor, Winston não se deixa ser influenciado por ele e se rebela contra o partido. Como o único objetivo do governo é o poder, todos os desejos são negados, até mesmo o da boa comida. O único amor permitido é aquele pelo partido e, como o desejo é a única força capaz de vencer o poder vigente, ele é proibido. Portanto, quando Winston se rebela, ele se entrega ao amor, pois sabe que desde o momento no qual teve o “pensamento-crime” (ORWELL, 2009, p. 40), ou seja, desde quando teve algum pensamento contra o partido, estava condenado à morte.

Em ambas sociedades distópicas encontramos vários mecanismos que auxiliam na manutenção do poder vigente. Dentre esses mecanismos temos o “Grande Irmão” em *1984* e o “Olho” em *O conto da Aia*, figuras essas que possuem a função do Panóptico em cada sociedade. Veremos a seguir a noção de Jeremy Bentham et al. (2020), retomada por Michel Foucault (1987), sobre esse dispositivo disciplinador.

5. DISCIPLINAR PELO OLHAR

Em seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) traça um panorama das formas de punição durante os séculos. Segundo o autor, até o fim do século XVIII, as punições aconteciam por meio do suplício, no qual torturas eram realizadas como pura demonstração de poder. A partir do início do século XIX, esse tipo de punição que envolvia a mutilação do corpo perdeu força, e aos poucos foi substituída por novas formas de punir que tinham a finalidade de corrigir e disciplinar os indivíduos. A disciplina, além de controlar o indivíduo, fazia com que seu corpo continuasse produtivo e portanto utilizável para os sistemas de poder. Sobre o momento histórico das disciplinas, Foucault (1987, p. 164) afirma que naquele período nasce uma “arte do corpo humano”, que o torna mais útil e obediente. O filósofo ainda aponta:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1987, p. 163).

Assim, a disciplina tem a função de adestrar os seres humanos, tornando seus corpos dóceis (FOUCAULT, 1987), ou seja, mais suscetíveis ao controle e, dessa maneira, o próprio corpo se torna um espaço em que o poder é exercido.

Em vista do exposto, tanto em *1984* quanto em *O conto da Aia* vemos como a disciplina é importante para a manutenção dos poderes presentes naquelas sociedades. A Aia tem sua rotina totalmente planejada e controlada por outras pessoas, possuindo poucas escolhas em seu dia a dia. Até mesmo a vestimenta utilizada pelas Aias lhas é imposta, pois cada grupo social possui uma cor e modelo de roupa predeterminado na República de Gilead; o vermelho é a cor das Aias. O controle sobre seus trajes tem grande impacto sobre as Aias, visto que as roupas são parte básica na vida de uma pessoa e até esse poder foi retirado delas. Refletindo sobre isso, a personagem principal afirma:

Penso a respeito de lavanderias de autoatendimento. O que eu vestia para ir a elas, shorts, jeans, calças de malha de corrida. O que eu punha nas máquinas: minhas próprias roupas, meu próprio sabão, meu próprio dinheiro, dinheiro que eu mesma ganhava. Penso sobre ter tanto controle (ATWOOD, 2017, p. 35).

Apesar de possuir mais liberdade que a Aia, Winston também tem uma rotina totalmente controlada; logo, fazer qualquer coisa que saia dessa rotina seria o suficiente para chamar a atenção do Partido para ele. Foucault aponta que no dispositivo disciplinar os indivíduos são totalmente vigiados, separados, e até mesmo seus menores movimentos são controlados, já que o detalhe é importante para o poder disciplinar. Por isso fica clara a importância do controle total sobre os corpos. Caracterizando a disciplina, Foucault afirma:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1987, p. 238).

Trazendo o modelo de disciplina proposto por Bentham (2020) que se passa em uma prisão, Foucault discute a figura do Panóptico. Nessa prisão, há uma organização diferente das convencionais, de forma que o ponto-chave para o controle dos prisioneiros é a torre do vigia, onde se encontra o Panóptico. A torre se situa no centro de um pátio circular e a visão de dentro dela engloba todo o perímetro. Os prisioneiros, apesar de saberem que estão sendo observados, não conseguem ver o que se passa dentro da torre. Assim, o panoptismo consiste na constante sensação de estar sendo observado pelo guarda que tem poder sobre o detento, pois mesmo que ele não esteja dentro da torre, o prisioneiro é ignorante sobre o que se passa dentro dela, e pelo medo de ser punido acaba se policiando o tempo todo. Logo, o detento é disciplinado pelo olhar do Panóptico. Foucault explica:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 1987, p. 224-225).

Portanto, saber que o vigia pode o estar observando o tempo todo faz com que o próprio prisioneiro trabalhe para a manutenção desse poder disciplinar. Para isso, é importante que o inspetor veja mas não seja visto (Bentham, 2020). Retomando essa ideia, Foucault aponta:

[...] Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 1987, p. 225).

Nessa relação, o poder é completamente unilateral. O vigia detém grande poder sobre o detento, enquanto o próprio detento apenas exerce domínio sobre si mesmo, domínio esse que não corresponde às suas próprias vontades, mas às ordens do vigia. Foucault (1987, p. 226) afirma que “Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia”, ou seja, por haver o exercício do poder há uma sujeição real, mas a relação é fictícia pois, por não haver contato entre suas partes, o prisioneiro não sabe de fato com quem está se relacionando. Então, cria-se uma relação imaginária a partir do que ele sabe: precisa obedecer às ordens recebidas, ou irá sofrer as punições por desobedecer. Então, o poder do inspetor consiste em tentar controlar a mente do prisioneiro, o que o leva a controlar seu corpo e suas ações. Bentham explica que os guardas e quaisquer outros subordinados são vigiados pelo inspetor da mesma forma, sofrendo assim o mesmo controle que os prisioneiros.

No modelo de Bentham as paredes que separam as celas impedem que os prisioneiros vejam uns aos outros, os tornando solitários. Foucault (1987, p. 224) afirma que nessa vigilância do Panóptico não há trocas, mas individualidades separadas, havendo do ponto de vista dos detentos uma “solidão sequestrada e olhada”. Mesmo num contexto em que não há muros físicos entre os sujeitos, como o das distopias, o panoptismo tem o efeito de estabelecer uma divisão entre eles. O controle desenvolvido no panoptismo faz com que o indivíduo seja isolado dos outros que se encontram na mesma situação em que ele está, pois mesmo que esses indivíduos tenham pensamentos contrários ao poder vigente, a constante sensação de estar sendo observado dificulta a manifestação dessas ideias. Portanto, por

estarem individualizados os prisioneiros não têm condições de tramar rebeliões, ou até mesmo desenvolver laços afetivos e, assim, se tornam dóceis com maior facilidade.

Segundo Foucault, o panoptismo aperfeiçoa o exercício do poder pois reduz o número de pessoas que o exercem e aumenta o número daqueles sobre os quais é exercido, além de criar uma pressão constante que previne erros e nunca interferir diretamente, mas criar efeitos em cadeia para que a punição aconteça. Outra característica do panoptismo é classificar e organizar os indivíduos. Isso permite que se estabeleçam as diferenças e que elas sejam trabalhadas de acordo com os objetivos a serem alcançados. Foucault (1987, p. 227) aponta que: “[...] o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos.” O filósofo também explica que o objeto e fim do panoptismo são as relações de disciplina em si, ou seja, as relações de controle entre os indivíduos.

Em 1984 a figura que exerce a função do Panóptico é chamada de Grande Irmão. Diferentemente do Panóptico de Bentham, o Grande Irmão possui um rosto que está colado por toda a cidade, por meio de pôsteres, acompanhado da frase: “O Grande Irmão está de olho em você [...]” (ORWELL, 2009, p. 12). A vigilância supostamente feita por ele se dá pelas teletelas, que são ao mesmo tempo uma tela de transmissão de imagem e uma câmera. Por isso, o Grande Irmão possui uma imagem que não interfere no efeito do panoptismo na sociedade da Oceânia, já que as teletelas estão por toda a parte e ninguém sabe ao certo se está ou não sendo observado. Logo, a autodisciplina é constante, sendo os lugares reservados os mais vigiados pelas teletelas, o que faz com que não exista liberdade em lugar nenhum, e que até mesmo demonstrar sentimentos seja perigoso, pois já é o suficiente para chamar a atenção do Partido.

O poder do panoptismo é tão grande que até mesmo o olhar de Winston é controlado: “Virar a cabeça e olhar para ela teria sido absoluta loucura. De mãos dadas, invisíveis no meio dos corpos que se comprimiam, os dois haviam mantido os olhos firmemente voltados para a frente [...]” (ORWELL, 2009, p.142). Ao questionar se o Grande Irmão de fato existe, Winston obtém a resposta de que, por ser a personificação do Partido, existir ou não é irrelevante. O controle Panóptico torna a sujeição real, ainda que a relação seja fictícia (FOUCAULT, 1987) e ela ocorra com base em uma figura imaginária.

Tanto em 1984 quanto em *O conto da Aia* acontece um isolamento por conta da desconfiança intensificada pelo panoptismo e pela suspeita que os outros indivíduos sejam fiéis seguidores da ideologia imposta pelo poder vigente. Na Oceânia de Orwell, além das teletelas que estão por toda a parte, existe também a polícia das ideias que é a responsável por

impor os ideais do Partido, controlando seus membros. Como o próprio nome sugere, a polícia das ideias é a responsável pelo controle do pensamento, pois o desejo do Partido é ter o poder ilimitado sobre os corpos: “O Partido não se interessa pelo ato em si: é só o pensamento que nos preocupa. Não nos limitamos a destruir nossos inimigos; nós os transformamos.” (ORWELL, 2009, p. 297). O pressuposto para que haja a polícia das ideias é que um “pensamento-crime”, ou seja, um pensamento que vai contra o Partido, irá se manifestar de alguma forma, até mesmo nos detalhes da vida de alguém, e quando esse pensamento ocorre, a pessoa que o deteve está condenada: “O pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte”(ORWELL, 2009, p. 40).

Não só a polícia das ideias, mas qualquer um poderia ser um espião do Partido. Conforme já afirmado antes, até mesmo as crianças eram enviadas para escolas de espões para que denunciasses qualquer atitude suspeita de quem vive ao seu redor, incluindo seus pais. Nessa sociedade, a extrema disciplina é exigida de seus cidadãos, pois como afirma Chauí (2008), cada detalhe na sociedade totalitária exprime o todo e o simboliza. Assim, a transparência é exigida para a sobrevivência e, segundo Han (2020), a necessidade de haver transparência significa que não há confiança. Logo, o isolamento é a solução para se sobreviver nesse lugar de desconfianças.

Ao contrário de *1984*, em *O conto da Aia* a figura do Panóptico não possui um rosto, mas é uma instituição chamada de Olho. Não se sabe ao certo quem faz parte dessa instituição, qualquer um pode ser um Olho, então todos são suspeitos. Os próprios oprimidos podem ser aliados de seu sistema opressor e denunciar outras pessoas que vão contra ele. Dessa forma, o panoptismo aperfeiçoa o exercício do poder, pois como afirma Foucault, precisam-se de poucas pessoas para vigiar muitas e, durante o dia a dia, um só indivíduo pode vigiar todos os que estão ao seu redor.

Levando em consideração que qualquer um pode ser um espião, os indivíduos não confiam uns nos outros e sofrem o mesmo isolamento que acontece em *1984*. Todas as Aias vivem nas mesmas condições opressoras, sofrendo múltiplas violências, mas mesmo assim não confiam umas nas outras. Ao relatar seu momento de convivência com outra Aia, a personagem principal afirma: “Durante essas caminhadas ela nunca disse nada que não fosse estritamente ortodoxo, no entanto, nem eu. Pode ser uma verdadeira crente, uma Aia em mais do que apenas o título. Não posso correr o risco” (ATWOOD, 2017, p. 30). Não há espaço para uma conversa livre entre elas, nem para a exposição de seus medos e angústias. Logo, estar em isolamento as faz sobreviver sem se arriscar, se subjugando ao sistema de poder.

Em contraste com a instituição Olho, a própria vestimenta das Aias revela seu lugar de submissão, visto que, além de não haver o poder de escolha sobre suas roupas, elas utilizam toucas brancas com grandes abas ao redor da cabeça que as impedem de ver, pois limitam o seu olhar. Assim, fica explícito o contraste entre a constante observação feita pelo Olho, que faz parte do sistema de poder, e a impossibilidade do olhar da Aia, que é restrito e domado, da mesma forma que o resto de seu corpo e mente também são. Portanto, por mais que o Panóptico não seja o único mecanismo disciplinador, é o que garante que a disciplina alcance seu mais alto nível.

A disciplina remove as individualidades e transforma os indivíduos em uma unidade, os tornando manejáveis, fato que não seria possível se houvesse uma multiplicidade entre os sujeitos (FOUCAULT, 1987). Essa unidade não diz respeito à aproximação, visto que há o isolamento de cada um, mas ao condicionamento e padronização dos corpos de acordo com os objetivos da disciplina. Para Foucault (1987, p. 240), “[...] a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos”. Logo, o que o indivíduo adestrado se tornou por essa “fabricação” interfere em sua identidade, já que há um apagamento do comportamento individual e a reconstrução de um comportamento coletivo.

6. QUESTÕES DE IDENTIDADE

Ao se trabalhar com sociedades distópicas e a identidade dos personagens oprimidos é importante ressaltar que comportamento humano é fortemente influenciado pelo meio no qual ele vive, portanto, a sociedade desempenha um grande papel na formação de sua identidade. Nas distopias da Aia e de Winston, a identidade dos personagens disciplinados é desconstruída e uma outra é “fabricada” para substituí-la. Um dos principais mecanismos para a manutenção dessa desconstrução é a figura do Panóptico. Sobre isso, a Aia relata: “Espero. Eu me componho. Aquilo que chamo de mim mesma é uma coisa que agora tenho que compor, como se compõe um discurso” (ATWOOD, 2017, p. 82).

Lidando com questões de identidade, Hall (2006) expõe três concepções que se formaram ao longo da história: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico, e o sujeito pós-moderno. Para o sujeito do Iluminismo a identidade era unificada, inata, e o seu centro permaneceria o mesmo durante toda a existência do indivíduo. Segundo Hall, essa visão individualista foi substituída por outra em que a identidade seria formada pela interação entre o “eu” e a sociedade: o sujeito sociológico. Essa definição se apoia em concepções como o

marxismo, no qual o indivíduo passou a ser visto como fruto das estruturas sociais e, dessa forma, seria impossibilitado de qualquer agência individual.

Porém, essas duas visões se tornam insuficientes ao pressupor uma identidade fixa, unificada e estável, de modo que, assim, entra em cena o sujeito pós-moderno com sua identidade fragmentada. A teoria do inconsciente proposta por Freud tem grande impacto nessa visão, ao revelar que o indivíduo não pode ser unificado, já que há algo nele que ele mesmo desconhece. Logo, Hall aponta que o sujeito pós-moderno é caracterizado por não ter uma identidade “fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p. 12), mas sim uma identificação, ou seja, algo em andamento, formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e nunca terminada. Essa fragmentação ocorre pois os indivíduos são atravessados por diversos discursos e podem se identificar com diferentes deles em cada situação. Hall explica:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p. 12-13).

Assim, visando o sujeito pós-moderno, se a identidade não é fixa, como ela pode ser desconstruída? O conceito de desconstrução ganhou forças a partir dos estudos do filósofo francês Jaques Derrida, cujas discussões mostram não ser uma concepção simples, mas pelo contrário, extremamente complexa. Sendo uma das correntes mais influentes do pós-estruturalismo, a desconstrução define uma nova maneira da prática de leitura, já que as postulações de Derrida vão contra a noção de significado estável, mostrando como um texto pode ser lido de diversas maneiras e, desta forma, indo contra a ideia de significado único (CUDDON, 1999). Esse pensamento derruba a ideia de que um modo de significação domina os outros.

Barbara Jhonson (1981, apud CUDDON, 1999) afirma que etimologicamente o termo desconstrução significa ‘desfazer’ e não é sinônimo de destruição. Apesar disso, neste trabalho, utilizaremos uma das definições trazidas pelo dicionário *online* de português (DICIO, 2021), que afirma que a palavra desconstruir pode significar “destruir o que já está construído”. Assim, por mais que não haja uma identidade fixa, existem características que em determinado momento constituem um todo e, portanto, a desconstrução ocorre quando uma identidade, por mais mutável que seja, é completamente arrancada de um indivíduo. De uma escolha, a identidade passa a ser uma imposição. O que havia nela é substituído pelo novo, que deve ser construído, e suas velhas características devem ser deixadas de lado. Essa

desconstrução é uma violência exercida contra o sujeito distópico, que ocorre mediante à disciplina. Veremos a seguir como essa tentativa de desconstrução ocorre com a Aia e com Winston.

6.1. O CASO DA AIA

Por se lembrar de como a sociedade era antes das mulheres perderem seus direitos, a Aia utiliza o passado como forma de resistência à sua situação atual. Porém, a personagem entende que esses pensamentos podem diminuir suas chances de continuar viva, então ela aceita o que lhe foi imposto como modo de sobrevivência. No entanto, da mesma maneira que pensar no passado pode ser perigoso, também é a maneira que a personagem encontra para se manter sã e enfrentar sua nova realidade. Ao lembrar da filha, a Aia reflete:

Entro na água, me deito, deixo que me abrace. A água é macia como mãos. Fecho meus olhos, e ela está lá comigo, subitamente, sem aviso. Deve ser o cheiro do sabão. Ponho meu rosto contra o cabelo macio na parte de trás do seu pescoço e inalo seu cheiro para dentro de mim, talco de bebê e de corpo lavado de criança e de xampu, com um subtom, o ligeiro cheirinho de urina. Essa é a idade que ela tem quando estou no banho. Ela volta para mim em diferentes idades. É assim que sei que não é, na verdade, um fantasma. Se fosse um fantasma teria sempre a mesma idade (ATWOOD, 2017, p. 78).

É por meio de pequenos detalhes que a Aia evidencia traços de sua identidade que não foram apagados, mas resistiram à desconstrução disciplinar sofrida por ela. Ao dizer “Nunca fiquei bem de vermelho, não é a minha cor” (ATWOOD, 2017, p. 16), a personagem revela não ter aceitado a sua identidade de Aia, apesar de agir como uma em sua nova rotina para que não seja executada. Da mesma forma, ao negar que o quarto da casa em que ela vive seja seu, a personagem demonstra que não se conformou com aquela realidade.

Em muitas situações, a personagem não diz o que realmente pensa, mas sobrevive por dizer o que lhe foi ensinado. O mesmo acontece com suas ações, já que o Panóptico pode estar observando o seu agir e falar. Porém, o comportamento da Aia não é inteiramente encenado, pois a ideologia dominante é tão esmagadora que acaba se enraizando nela, mesmo contra a sua vontade. Um exemplo disso é que ao se deparar com mulheres que visitavam Gilead, a Aia se choca com as roupas e a maquiagem que elas usam, sendo essas roupas saias abaixo do joelho, saltos, cabelos expostos e batom vermelho, que eram antes consideradas normais para ela e eram um sinal de sua liberdade, mas agora lhe causam repulsa:

Estamos fascinadas, mas ao mesmo tempo sentimos repulsa. Elas parecem despidas. Foi preciso tão pouco tempo para mudar nossas ideias a respeito de coisas como essa. Então eu penso: eu costumava me vestir assim. Isso era liberdade (ATWOOD, 2017, p. 40).

Assim, fica claro que, por mais que haja resistência por parte Aia, as ideologias dominantes acabam se enraizando em sua construção identitária e passam a fazer parte dela, de seus sentimentos, pensamentos e ações. Essas construções identitárias também afetam a relação da personagem com o próprio corpo, já que suas escolhas são tiradas por ser mulher e, então, ela se sente determinada pelo corpo.

Minha nudez já é estranha para mim. Meu corpo parece fora de época. Será que realmente usei trajes de banho, na praia? Usei, sem pensar, entre homens, sem me importar que minhas pernas, meus braços, minhas coxas e costas estivessem à mostra, pudessem ser vistas. *Vergonhoso, impudico*. Evito olhar para baixo, para meu corpo, não tanto porque seja vergonhoso ou impudico mas porque não quero vê-lo. Não quero olhar para alguma coisa que me determine tão completamente (ATWOOD, 2017, p. 78).

Porém, nem todos os aspectos que fazem parte da ideologia dominante são impostos de modo efetivo à construção identitária da personagem. Temos um exemplo disso em sua relação com o próprio nome. A Aia, que é protagonista do romance, não tem seu nome revelado, é apenas chamada de *Offred*, que traduzindo do inglês significa “de Fred”, ou seja, seu nome indica o seu pertencimento ao Comandante Fred, assim como o nome de cada uma das outras Aias indica a qual Comandante elas pertencem, mas, apesar de o nome lhe ser imposto, a personagem não assume o nome *Offred* como sendo seu.. Sobre seu nome, a Aia reflete:

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. Penso nesse nome como enterrado. Esse nome tem uma aura ao seu redor, como um amuleto, um encantamento qualquer que sobreviveu de um passado inimaginavelmente distante (ATWOOD, 2017, p. 103).

A fragmentação da identidade é o que permite que a Aia mantenha seu antigo nome escondido, aquele que é considerado no íntimo o seu único nome. Apesar de se submeter ao papel que lhe foi imposto para sobreviver, a personagem não se anula e se acomoda, mas se rebela ao lutar contra a desconstrução de sua identidade. Esconder e silenciar o seu nome significa esconder fragmentos de uma identidade que ainda existe, só não é vista e demonstrada. Seu antigo nome aparece como a metáfora de uma identidade que ela mantém apenas consigo mesma, invisível por trás de uma máscara que a personagem adota para sobrevivência. Possuir segredos é o único poder da Aia que ninguém foi capaz de tirar.

O Panóptico a observa e faz com que ela se comporte da forma que é exigida das Aias, mas ele não pode controlar seu interior. Partes da disciplina são adotadas para sobrevivência, outras partes são completamente negadas. A desconstrução da identidade da

personagem ocorre, mas não é completa e sim parcial, já que a identidade, diferentemente do que se acreditava com o sujeito do Iluminismo, não é unificada. Portanto, até mesmo o nível extremo de disciplina sofrido pela Aia não a desconstrói. O que é totalmente destruído é a liberdade de agir e demonstrar quem ela realmente seria por trás da disciplina que a controla, já que só se pode agir de uma maneira. Só é permitida a docilidade, pois a disciplina pressupõe um sujeito unificado, mas a fragmentação desse sujeito impede a plenitude da disciplina, já que o Panóptico apenas pode controlar o exterior, o que é visível, e as partes fragmentadas de um indivíduo podem ser escondidas, logo, por resistir, as outras faces da identidade da Aia subsistem à desconstrução sofrida pela disciplina.

6.2. O CASO DE WINSTON

Winston tem o mesmo desejo de sobrevivência da Aia, portanto se submete ao que lhe é imposto, mas também não se anula. Assim como acontece com a Aia, o protagonista tem seu comportamento influenciado pelo Panóptico, o que resulta na construção de uma imagem a ser apresentada para a sociedade, imagem essa que se constitui em um dos fragmentos de sua identidade, mas por ser o único visível é considerado sua única identidade. O personagem cumpre o seu papel social, no entanto, diferentemente dos outros indivíduos, não se força a acreditar nas mentiras do Partido, o que é considerado um ato contra o poder vigente.

O Partido dizia que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido — se todos os registros contassem a mesma história —, a mentira tornava-se história e virava verdade (ORWELL, 2009, p. 47).

O poder do Partido é visível na manipulação que é feita por ele e na disciplina, que não se contenta com o controle do corpo, mas pretende alcançar até mesmo o inconsciente, fazendo com que as pessoas acreditem nas mentiras que eles divulgam sem que seja necessário convencê-las de que são verdades, já que se tornam verdades apenas porque o Partido as impôs como fatos. Isso é possível devido ao que o Partido chama de “duplispensamento”, que consiste em abrigar crenças que se contradizem e considerar ambas verdadeiras:

Saber e não saber, estar consciente de mostrar-se cem por cento confiável ao contar mentiras construídas laboriosamente, defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas; recorrer à lógica para questionar a lógica, repudiar a moralidade dizendo-se um moralista, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo

processo ao processo em si. Esta a última sutileza: induzir conscientemente a inconsciência e depois, mais uma vez, tornar-se inconsciente do ato de hipnose realizado pouco antes. Inclusive entender que o mundo em “duplipensamento” envolvia o uso do duplipensamento (ORWELL, 2009, p. 48).

Assim, o Partido busca a total anulação da individualidade e do pensamento autônomo, mas Winston não se acomoda nessa situação, pelo contrário, ele luta contra sua realidade. A forma que o personagem encontra de se rebelar e manter sua individualidade é se envolver em um relacionamento amoroso com Júlia, que vive nas mesmas condições opressoras em que ele vive. Por acreditar na ideologia do Partido que diz que “[...] o pensamento-crime é a morte” (ORWELL, 2009, p. 40), Winston não tem a esperança de se salvar, apenas pretende cometer a maior quantidade possível de atos ilegais e sobreviver enquanto é capaz. Como objetivo da disciplina na Oceânia é ter o controle absoluto e desta forma manter o poder do Partido, quando os crimes de Winston são descobertos, o personagem é submetido a sessões de tortura que destroem completamente a sua resistência. A partir desse momento, Winston se torna o que Márcio Seligman-Silva (2008) denomina como *Musulmänner*, que é aquele cuja capacidade de resistir foi totalmente destruída. Desse modo, o propósito da tortura é atingido, já que O’Brien, o torturador, explica:

Sozinho - livre- o ser humano sempre será derrotado. Assim tem de ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, o que é o maior de todos os fracassos. Mas se ele atingir a submissão total e completa, se conseguir abandonar sua própria identidade, se conseguir fundir-se com o Partido a ponto de ser o Partido, então será todo-poderoso e imortal (ORWELL, 2009, p. 309).

Logo, Winston tem a sua identidade totalmente desconstruída, pois seu ser foi quebrado e não há mais forças nele para resistir, lutar contra esse sistema e manter as outras faces de sua identidade escondidas. Agora o Panóptico não o atormenta mais, pois não há o que esconder. O’Brien o forçou a revelar os seus segredos, trair suas crenças e, desta forma, arrancou a individualidade que havia nele. Com o fim de sua resistência, o personagem aceita e internaliza os ideais do Partido. Por fim, o narrador afirma: “[...] a batalha chegara ao fim. Ele conquistara vitória sobre si mesmo. Winston amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2009, p. 346). E assim o antigo Winston desaparece e tudo que resta nele é o Partido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, além de valorizar o gênero distopia por meio de seu estudo, observar a função do panoptismo nas sociedades disciplinares e responder às questões sobre a possibilidade de desconstrução da identidade do oprimido, tendo como foco de investigação a Aia e Winston, assim como o papel do Panóptico sobre essa identidade.

Mesmo que a identidade seja fragmentada, é possível que a sua desconstrução ocorra quando é exercida uma violência sobre ela, forçando o abandono de algumas de suas faces e arrancando características que antes eram marcantes no indivíduo. Vemos isso acontecer de forma parcial com a Aia, pois a personagem esconde traços de sua construção identitária, enquanto outros traços são apagados. No caso de Winston, a desconstrução é completa, pois as torturas sofridas por ele destroem sua resistência, fazendo com que o personagem abandone suas crenças e a sua individualidade, e tome para si os ideais do Partido.

O panoptismo tem a função de vigiar os indivíduos, fazendo com que eles se comportem da maneira que lhes é imposta pelo poder vigente. Assim, esse mecanismo é de extrema importância para a manutenção da disciplina, pois a aperfeiçoa, fazendo com que os próprios indivíduos se policiem constantemente, controlando até mesmo os seus mínimos detalhes, como por exemplo o olhar. É a figura do Panóptico que possibilita o funcionamento da disciplina diariamente em seu mais alto nível, não deixando lugar para que nenhum outro fragmento da identidade, além daquele permitido pelo poder vigente, seja evidenciado sem punição.

Logo, é pelo receio da vigilância e pelo medo da punição que o Panóptico exerce seu poder sobre os sujeitos e sua identidade. Esse inimigo invisível tem controle total sobre as ações dos personagens, de modo que, por mais que seu poder esteja na ideia da vigilância, o Panóptico não pode vigiar o pensamento dos personagens até eles se manifestarem em ações, o que faz com que os pensamentos sejam um refúgio da realidade em que eles vivem.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BARBOSA, Anna Carolyn. **O espaço, o humano e o espetáculo na distopia pós-moderna de Jogos Vorazes**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2017.
- BENTHAM, Jeremy *et al.*, **O Panóptico**. Org. Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. **Verinotio** - revista *online* de filosofia e ciências humanas, [S.l.], Ano VIII, n. 15, p. 15-21, agosto de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3o0eCAf>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre a utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 60, n. spe. 1, p. 7-12, julho 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3uvA56z>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- COSSON, Rildo. PAULINO, Graça. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ROSING, Tania. ZILBERMAN, Regina. **Escola e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. p. 61-79.
- CUDDON, J.A. **The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory**. London: Penguin Books, 1999.
- DESCONSTRUIR. In: DICIO, Dicionário *Online* de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desconstruir/>. Acesso em: 09/10/2021.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Trad. Enip P. Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. 22ª.ed. São Paulo: Globo, 2014.
- MORUS, Thomas. **Utopia**. L&PM: Porto Alegre, 1997.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RODRIGUES, Paula Martins. **A narrativa distópica juvenil**: um estudo sobre Jogos Vorazes e Divergente. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SELIGMAN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3wdlZrT>. Acesso em: 29/10/2021.
- SZACHI, Jerzy. **As Utopias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.